TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
AV Paulista 1842 - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

FORM ESTUDO TECN PRE - ETP - RES PRES Nº 350/2020

ANEXO II - FORMULÁRIO ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO – ETP

Nome do Processo:	Projetos Técnico e Executivo de Instalações de Segurança Contra Incêndio do Galpão Presidente Wilson (PW).	**NN.º:**	0001443-51.2022.4.03.8000

Para a elaboração deste formulário deverá ser consultado o Manual de Planejamento da Contratação da Justiça Federal da 3.ª Região, disponível na página da Internet e da Intranet do TRF da 3.ª Região e Justiça Federal de 1.º Grau em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

I - ANÁLISE DE VIABILIDADE

1. ALINHAMENTO AOS PLANOS DO ÓRGÃO

1.1. Contratação integra projeto estratégico?

( ) Não

(X) Sim. Processo SEI n.º0007669-16.2015.4.03.8001 (8492292).*Especificar o n.º do processo SEI onde está documentado o projeto*.

Projeto estratégico: Caso a contratação esteja relacionada a projeto estratégico, preencher com o nome do projeto ou descrição sucinta do mesmo.

Regularização da edificação de acordo com a legislação de segurança contra incêndio.

A presente contratação está alinhada aos planos do órgão, inclusive conta com previsão no Plano de Obras da Justiça Federal da 3ª Região para o ano de 2022.

1.2. Especificar o alinhamento da contratação aos planos do órgão: Informar se a contratação está alinhada com os planos estratégicos e/ou diretores, com as metas do Plano Plurianual (PPA), quando for o caso:

1.2.1 ( ) Plano Anual de Contratações - PAC;

1.2.2 (X) Plano de Obras;

1.2.3 ( ) outros. Especificar:

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE COMO UM TODO E DE SEUS REQUISITOS

Considerações:

Para aquisição de partes, peças, suprimentos e congêneres de equipamentos e máquinas existentes: caberá apenas uma solução;

Para aquisição de mesma natureza (nos termos do art. 20, § 5.º, da IN 5/2017): poderão ser elaborados Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos comuns.;

Nos Estudos Técnicos Preliminares, deve ocorrer a avaliação das alternativas de soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade administrativa a fim de identificar a solução mais vantajosa dentre as existentes.

Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/contratados/executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração.

Tendo por base os processos de trabalho (vide exemplo no Manual On Line de Planejamento da Contratação) e as necessidades que deverão ser supridas com a contratação, definir os requisitos que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa.

Os requisitos devem ser indispensáveis ao atendimento da necessidade que originou a contratação, devendo ser elencados os requisitos necessários (de modo a não restringir a competição indevidamente) e suficientes o bastante para definir precisamente o objeto.

Os requisitos da contratação devem ser tais que resultem na escolha de uma solução que atenda a necessidade que a originou.

Trata-se da contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos especializados na área de proteção contra incêndio.

A empresa deve possuir expertise na área de segurança contra incêndio e deverá atender ao Decreto Estadual n° 63.911 de 10 de dezembro de 2018, que institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas, e às Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP), além das demais Normas Técnicas e de Segurança pertinentes, e seguir as especificações constantes nos Termos de Referência e demais documentos que fizerem parte da contratação.

A contratação será por regime de empreitada global, com etapas de execução bem definidas (relatório, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto executivo) sendo que cada etapa será considerada concluída com a entrega de toda documentação necessária para finalização por completo da mesma. Ainda é previsto a tramitação do projeto legal para aprovação do Corpo de Bombeiros, etapa esta necessária e essencial para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) da edificação.

O objeto consiste em:

Relatório: Compreende a elaboração de um relatório apresentando um estudo técnico e legal para determinar as condições dos sistemas, instalações e medidas de segurança existentes na edificação e das necessidades de alterações para atendimento legal e normativo.

Anteprojeto: Conjunto de informações técnicas necessárias para a compreensão da obra de reforma e o entendimento dos sistemas, dos materiais e dos equipamentos especificados e necessários para atender a demanda da edificação.

Projeto Legal: Compreende a elaboração e aprovação (pelo CBPMESP) do Projeto Técnico de Segurança com todas as medidas de segurança contra incêndio na edificação, conforme o Decreto Estadual vigente de segurança contra incêndio e as Instruções Técnicas do CBPMESP.

Projeto Básico: Conjunto de informações técnicas indispensáveis e com nível de detalhes suficiente para a execução das obras e dos serviços, de maneira tal que permita a definição e a quantificação dos materiais, serviços e equipamentos relacionados à reforma.

Projeto Executivo: O projeto executivo deve apresentar, de forma clara, todos os elementos necessários à realização do empreendimento com o maior número de detalhes possível de todas as etapas da obra. Nele estão contempladas todas as interfaces dos sistemas e seus componentes. Os projetos executivos contêm as peças gráficas, os memoriais descritivos e os de cálculo, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico-financeiro.

A contratação visa atender aos requisitos do Decreto Estadual n° 63.911, de 10 de dezembro de 2018, que institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas e às Instruções Técnicas do CBPMESP.

A solução tem por objetivo disponibilizar documentos técnicos para futuras contratações para adequação das condições de segurança contra incêndio da edificação e a obtenção do AVCB.

2.1 Descrição do ambiente onde o produto será instalado, quando for o caso, ou o serviço prestado:

Para evidenciar a necessidade da compra/contratação do ponto de vista da situação/contexto atual descreva o ambiente no qual o produto será instalado ou serviço prestado, bem como se serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para utilização do produto/serviço.

O Anexo Administrativo Presidente Wilson, mais conhecido simplesmente como "PW", é um galpão com área construída de 43.270 m² - dos quais 33.170 m² são ocupados pela Seção Judiciária de São Paulo (SJSP) e os 10.100 m² restantes, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A planta abrange área equivalente a mais de quatro quarteirões da Vila Carioca, em São Paulo/SP, integralmente coberta.

É utilizado para guarda de materiais, equipamentos, veículos, móveis, processos e outros bens do patrimônio da Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Atualmente, a edificação carece de ações para avaliar as condições de segurança existentes e o atendimento à legislação estadual que rege a segurança contra incêndios, como se extrai do FORM PLANO DE OBRAS - ANEXO III NUIN (8492292):

"Conforme Relatório de Inspeção Administrativa de Avaliação (5406887), a edificação possui AVCB vencido. Ademais, as instruções técnicas do corpo de bombeiros não são atendidas na sua totalidade com o sistema atual, o que enseja a elaboração de projeto, que foi licitado dez/2020. No entanto, devido à inércia da Contratada em cumprir com a execução das etapas do projeto, houve rescisão unilateral do Contrato (Termo de Rescisão 7979816), ensejando a reinclusão desta etapa na programação."

A contratação dos projetos de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio se faz necessária para que a Justiça Federal disponha da documentação necessária e obrigatória para futura execução da obra de implantação do referido sistema e dessa forma obter o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

2.2 Estimativas de preços ou preços referenciais:

Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes da IN n.º 73/2020 – Ministério da economia, ou, no caso de obras e serviços de engenharia, o Decreto n.º 7983/2013.

Incluir no processo administrativo as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte.

A pesquisa de preços para estimar os valores referenciais será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

a- Preço estimado (8743105)

b- Tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal (8743123)

c- Preços PAINEL DE PREÇOS e COMPRASNET (8741903, 8741885)

d- Pesquisa de mercado com fornecedores (8763884)

e- Contratações semelhantes da SJSP (0002856-04.2019.4.03.8001 e 0002167-57.2019.4.03.8001)

Os comparativos de preço são apresentados no documento SEI 8764716.

2.3 O valor estimado possuirá caráter sigiloso? Apresentar motivação nos termos do art. 15, § 1.º, do Decreto n.º 10.024/2019.

Não.

2.4 Há contratações correlatas e/ou interdependentes? Se sim, mencionar o processo SEI.

Não há contratações correlatadas e/ou interdependentes.

3. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS

3.1 É possível especificar o serviço usando parâmetros usuais de mercado?

Sim.

3.2 É possível medir o desempenho da qualidade usando parâmetros usuais de mercado?

Sim.

3.3 O objeto da contratação pode se estender por mais de um ano?

(Analisar a questão de reajustes, prorrogação contratual e possível adoção do instituto de suspensão ou interrupção de prazo na execução)

O prazo previsto para execução é de 340 dias corridos após a emissão da Ordem de Início de Serviços e o prazo de vigência é estimado em 455 dias corridos após a assinatura do contrato.

Declaramos que foram efetuadas pesquisas nos termos da IN n.º 73/2020 e Decreto n.º 7983/2013, observando os requisitos definidos e as diretrizes estabelecidas no Manual de Licitações Sustentáveis da 3.ª Região, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade que originou a contratação, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, sendo encontradas as soluções abaixo descritas:

Solução 1: **Contratação de empresa para elaboração de Projetos Técnico e Executivo de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio.**

Descrição: *Descrição detalhada do objeto para posterior análise frente aos requisitos técnicos e de*

negócio e frente às alternativas identificadas. Caso o objeto seja integrado por mais de ***um bem*** *e/ou* ***serviço****, especificar e informar o valor estimado de cada item.*

Descrição: Contratação de empresa para elaboração de Projetos Técnico e Executivo de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio do Anexo Administrativo Presidente Wilson (PW), incluindo a tramitação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros.

A solução compreende a contratação de empresa especializada para:

- elaboração de projeto técnico de instalações de prevenção e combate a incêndio;
- elaboração de projetos executivos de sistemas de segurança contra incêndio (sinalização de emergência, iluminação de emergência, dimensionamento de equipamentos de combate à incêndio, dentre outros), acompanhados dos respectivos memoriais descritivos, memoriais de cálculos, especificações técnicas e de materiais, peças gráficas, orçamentos, dentre outros documentos e informações necessárias à contratação futura para execução de obras de adequação da edificação;
- tramitação e aprovação do Projeto Técnico junto ao Corpo de Bombeiros.

Devem ser analisadas todas as medidas de segurança aplicáveis à edificação, entre outras:

- acesso de viaturas às edificações e áreas de risco;
- separação entre edificações (isolamento de risco);
- segurança estrutural contra incêndio (resistência ao fogo dos elementos de construção);
- compartimentação;
- controle de materiais de acabamento e de revestimento;
- saídas de emergência;
- elevador de emergência;
- controle de fumaça;
- gerenciamento de risco de incêndio, incluindo o plano de emergência;
- brigada de incêndio;
- bombeiro civil;
- iluminação de emergência;
- detecção automática de incêndio;
- alarme de incêndio;
- sinalização de emergência;
- extintores;
- hidrantes e mangotinhos;
- chuveiros automáticos; sistema de resfriamento;
- sistema de espuma;
- sistema fixo de agentes limpos e dióxido de carbono (CO_2);
- sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- controle de fontes de ignição (sistema elétrico, soldas, chamas, aquecedores etc.).

Para cada medida de segurança devem ser elaborados: projeto executivo, memoriais descritivos, memoriais de cálculos, especificações técnicas e de materiais, peças gráficas, dentre outros documentos necessários à contratação de empresas para adequação da edificação.

O Objeto atende os requisitos de sustentabilidade?

( ) Não. **Justificar:**

(X) Sim. Especificar: *Consultar Manual de Licitações Sustentáveis da 3.ª Região.*

A execução do objeto deverá priorizar as questões de sustentabilidade.

É exigido e descrito no Termo de Referência (8765883) que a contratada deverá priorizar o aproveitamento de sistemas, equipamentos e instalações existentes para o atendimento dos requisitos legais em segurança contra incêndio. Somente será aceita a especificação de um novo sistema, equipamento e/ou instalações, se o existente não atender (tecnicamente) ou não possa ser adequado para atendimento das necessidades de

segurança contra incêndio e da legislação pertinente. A contratada deverá justificar por meio de memorial de cálculos e laudos técnico-legais o aproveitamento ou não de sistemas, equipamentos e/ou instalações existentes.

O Objeto já foi contratado/adquirido por órgão público?

( ) Não

(X) Sim. Especificar: *Identificação da(s) instituição(ões) que tenha(m) contratado o objeto.*

Valor pago pela(s) instituição(ões): _____(_____).

Os valores pagos estão descritos abaixo, para cada uma das contratações encontradas durante a pesquisa.

Caso não tenha sido adquirida por entidade pública, informar o valor pesquisado no mercado, a fim de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo x benefício da contratação.

Valor pago: _____(_____).

Fornecedor: *Identificação da empresa que fornece o objeto.*

Empresas especializadas na elaboração de projetos de Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio.

Vantagens: *Vantagens deste objeto.*

Ao se contratar uma empresa especializada espera-se como vantagens:

- Agilidade e assertividade na elaboração de documentação técnica;
- Aprovação ágil do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sem retornos e retrabalhos excessivos;
- Elaboração de projetos em conformidade com os parâmetros usuais de mercado;
- Permitir um melhor planejamento para contratações futuras que visam adequar as medidas de segurança contra incêndio.
- Assessoria de empresa especializada em segurança contra incêndio e atendimento da legislação pertinente para adoção de medidas adequadas para proteção das pessoas e da edificação.
- Após o recebimento dos projetos será possível dar início aos processos de contratação para a execução dos serviços e obras previstos e aprovados junto a CBPMESP do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio, após terminada as obras e serviços espera-se obter uma edificação mais segura, com equipamentos mais modernos e adequada à legislação estadual de segurança contra incêndio.
- Obtenção do AVCB.

Desvantagens: *Desvantagens deste objeto, se houver.*

Não foram identificadas desvantagens durante o desenvolvimento dos estudos técnicos preliminares.

Resultados da pesquisa de objetos semelhantes contratados por outros órgãos públicos (Comprasnet e Painel de Preços), tal pesquisa foi utilizada para auxiliar na elaboração dos estudos técnicos preliminares, os resultados das pesquisas encontram-se disponível no documento SEI 8741885 e 8741903.

Local de pesquisa (1):

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNOS FEDERAL - COMPRASNET (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp)

Foram usados os seguintes critérios de pesquisa:

Texto/Termos a serem pesquisados: *projeto segurança incêndio*

Pesquisar Texto/Termos em: Objeto; Descrição sumária; Descrição completa.

Período da publicação: 01/01/2020 à 15/03/2022

Modalidade: Pregão

Unidades da Federação: São Paulo *(foi selecionado apenas o estado de São Paulo por se tratar de objeto para demanda de atendimento à legislação específica do estado)*

A consulta foi realizada no dia 15/03/2022 e foram encontradas 3 (três) **compras/contratações** que atendiam os critérios estabelecidos:

Pregão: 23/2021 - (UASG: 925208) - AE CECI - SÃO PAULO

Objeto: Contratação de empresa especializada em Elaboração Projeto As built Arquitetônico e Projeto de Segurança contra incêndio e Pânico

Valor estimado: R$ 30.176,67

Valor homologado: R$ 21.000,00

Uso da edificação: Institucional (saúde)

Empresa: JET CONTRATAÇÕES INTELIGENTES - EIRELI (CNPJ 18.770.486/0001-02)

Período de vigência: 60 dias úteis.

Pregão: 2346/2020 (UASG: 158346) - INST.FED.DE EDUC.\,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Técnico (projeto de segurança contra incêndio), tramitação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros da Policia Militar do Estado de São Paulo (CBPMESP) para o Câmpus São João da Boa Vista.

Valor estimado: R$ 17.750,00

Valor homologado: R$ 9.300,00

Área da edificação: 8.447,92 m².

Uso da edificação: Institucional (atividades de ensino)

Empresa: CAT - CENTRAL AMERICANA TREINAMENTOS, LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 05.351.357/0001-38)

Pregão: 47711/2020 (UASG: 158711) - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO

Objeto: Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) e obtenção de AVCB para o Campus Matão.

Valor estimado: R$ 11.163,33

Valor homologado: R$ 6.000,00

Área da edificação: 9.339,67 m²

Uso da edificação: Institucional (atividades de ensino)

Empresa: SA CARNEIRO CONSTRUTORA LTDA (CNPJ 32.828.416/0001-99)

Período de vigência: 12 meses.

Local de pesquisa (2):

PAINEL DE PREÇOS (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos)

Foram usados os seguintes critérios de pesquisa:

Pesquisa realizada pelo código CATSER: 523 - ELABORACAO / ANALISE PROJETO - ENGENHARIA, ESTUDOS E PROJETOS DE SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Período da compra: 2021 e 2022

Unidades da Federação: São Paulo *(foi selecionado apenas o estado de São Paulo por se tratar de objeto para demanda de atendimento à legislação específica do estado)*

A consulta foi realizada no dia 11/03/2022 e foram encontradas **05 compras/contratações** que atendiam os critérios estabelecidos (excluindo as compras citadas acima, que também apareceram na pesquisa):

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Identificação da Compra: 00003/2021 (UASG: 113217) - UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO - ANAC

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Elaboração do Projeto de Instalações Contra Incêndio e Pânico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nas instalações da ANAC em São José dos Campos/SP.

Valor estimado: R$ 1.970,00

Uso da edificação: Institucional (atividades administrativas)

Empresa: FIRE ENGENHARIA SJC EIRELI (CNPJ 23.659.349/0001-35)

Período de vigência: 12 meses.

Identificação da Compra: 00048/2021 (UASG: 130102) - LABORATÓRIO FED. DE DEFESA AGROPECUÁRIA/SP

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de treinamento (intermediário) de combate a incêndio e primeiros socorros e elaboração do Plano de Emergência para Brigada de Incêndio da Seção Laboratorial Avançada em São Paulo - SLAV-SP.

Valor estimado: R$ 3.499,00

Uso da edificação: Institucional (atividades laboratoriais)

Empresa: ARIEL SIMÕES DE PAIVA (CNPJ 18.655.569/0001-50)

Identificação da Compra: 00025/2021 (UASG: 120016) - GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - COMANDO DA AERONÁUTICA

Objeto: Contratação de Empresa especializada em Segurança Contra Incêndios para elaboração do PROJETO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO E DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO.

Valor estimado: R$ 13.700,00

Uso da edificação: Institucional (atividades administrativas)

Empresa: FIRE ENGENHARIA SJC EIRELI (CNPJ 23.659.349/0001-35)

Identificação da Compra: 00076/2021 (UASG: 160494) - DEPÓSITO DE SUPRIMENTO - COMANDO DO EXERCITO

Objeto: Estudos e projetos de sistema de proteção contra incêndio.

Valor estimado: R$ 27.650,00

Uso da edificação: Institucional (atividades administrativas)

Empresa: KAROLINE ALQUIMIN COELHO (CNPJ 30.316.075/0001-47)

MODALIDADE: PREGÃO

Pregão: 00094/2021 (UASG: 986595) - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de plantas, As built, e projeto básico de prevenção e combate e incêndio e controle de pânico das edificações existentes nos prédios público.

Valor estimado: R$ 175.167.89

Valor homologado: R$ 35.000,00

Área da edificação: 22.038,45 m² total divididos em 15 edificações com área não menores que 500,00 m² cada uma.

Uso da edificação: Institucional (atividades de ensino)

Empresa: ES3 ENGENHARIA LTDA (CNPJ 31.429.593/0001-30)

Local de pesquisa (3).

Seção Judiciária de São Paulo (SJSP)

Pregão: 015/2019 - Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (processo SEI 0002856-04.2019.4.03.8001)

Objeto: Contrato consiste na elaboração de Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto Executivo do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Fórum Federal de Barueri.

Valor estimado: R$ 90.971,19

Valor homologado: R$ 25.898,52

Área da edificação: 5.966,59 m².

Uso da edificação: Institucional - Fórum

Empresa: UPGRADE ASSESSORIA EM PROJETOS EIRELI (CNPJ 20.940.212/0001-66)

Período de vigência: 180 dias.

Seção Judiciária de São Paulo (SJSP)

Pregão: 011/2019 - Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (processo SEI 0002167-57.2019.4.03.8001)

Objeto: Contrato consiste na elaboração de Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto Executivo do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Fórum Criminal e Previdenciário (Edifício Torre Beta) da Justiça Federal de São Paulo.

Valor estimado: R$ 115.000,00

Valor homologado: R$ 21.750,52

Área da edificação: 13.202 m².

Uso da edificação: Institucional - Fórum

Empresa: UPGRADE ASSESSORIA EM PROJETOS EIRELI (CNPJ 20.940.212/0001-66)

Período de vigência: 210 dias.

Há necessidade de adequação do ambiente para execução contratual?

(X) Não

( ) Sim. Especificar: *Especificar o tipo de necessidade de adequação, tal como: de infraestrutura, espaço físico, mobiliário etc. e detalhá-la, informando inclusive o valor estimado do serviço e/ou aquisição que serão necessários à adequação.*

Observação.: Os campos acima deverão ser replicados de acordo com o número de alternativas identificadas.

4. INDICAÇÃO E JUSTIFICATIVAS DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

4.1. Solução n.º /Nome: *Indicar o n.º e o nome da solução mais vantajosa, técnica e economicamente, dentre as avaliadas.*

Solução n° 1, **Contratação de empresa para elaboração de Projetos Técnico e Executivo de Instalações de Prevenção e Combate a Incêndio.**

4.2. Justificativa da escolha: *Demonstrar que o tipo de solução escolhido, com base no levantamento de mercado, é o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se*

em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado.

A escolha pela Solução n° 1 visa obter toda documentação necessária (relatório, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto executivo) para futura contratação da obra de reforma do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio para a edificação em questão. Este produto é requisito necessário para iniciar os processos para contratação de serviços e obras de adequação da edificação. Após realizada todas as adequações será possível à solicitação de vistoria do CBPMESP para obtenção do AVCB.

4.3. É viável o parcelamento da solução?

(X) Não ( ) Sim.

Justificar: *A Área Requisitante da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e atentando que a solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as 4 perguntas a seguir forem positivas*:

a) *É tecnicamente viável dividir a solução?*

Não.

b) *É economicamente viável dividir a solução?*

Não.

c) *A divisão da solução preserva a economia de escala?*

Não.

d) *Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?*

Não.

4.3.1. Em caso de resposta negativa ao subitem 4.3, a Área Requisitante deverá apresentar as devidas justificativas.

Por se tratar de produção intelectual a divisão demandaria um prazo maior de execução, análise e detalhamento dos produtos originados de etapas anteriores realizados por outra(s) empresa(s). Além de, se divididas, poderiam gerar custos adicionais como emissão de Atestados de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica de várias empresas/profissionais contratados, também seriam necessárias numerosas visitas por cada uma das empresas que se responsabilizasse por parte da solução. Tais demandas poderiam resultar no aumento de custos com transportes, acomodações etc. Uma única empresa poderá otimizar as visitas à edificação para tomada de informações necessárias à execução dos serviços.

A solução é divida em etapas interdependentes, portanto a divisão entre diferentes empresas poderá gerar atrasos e custos adicionais como descrito anteriormente.

4.4. Relação entre a demanda prevista e a quantidade a ser contratada: A estimativa das quantidades deve vir acompanhada de memória de cálculo e/ou estudos técnicos estimativos e dos documentos que lhe dão suporte. Não se deve apenas repetir os dados da licitação passada.

Os estudos preliminares sobre as demandas são realizados com base nas exigências do Decreto Estadual 63.911/2018 e nas Instruções Técnicas do CBPMESP. A solução possui cinco etapas sequenciais e interdependentes, sendo elas o relatório, o anteprojeto, o projeto legal, o projeto básico e o projeto

executivo.

Relatório

- No relatório a contratada deverá descrever as condições atuais e detalhar se as mesmas atendem ou não à legislação de segurança contra incêndio aplicada à edificação para aprovação do AVCB. No caso de não atendimento legal ou técnico dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção contra incêndio existentes, a Contratada deverá apresentar justificativa para o não aproveitamento do(s) mesmo(s). Deverá descrever, ainda, as medidas e sistemas de segurança contra incêndio obrigatórios para regularização da edificação quanto à legislação de segurança contra incêndio aplicável.

Anteprojeto

- No anteprojeto a contratada deverá demonstrar por meio de um estudo técnico-legal que determine quais são as medidas obrigatórias e as recomendadas para o atendimento da legislação estadual de segurança contra incêndio. A determinação de tais medidas são verificadas que acordo com as características da edificação (uso da edificação, a altura, a carga de incêndio, a área construída, a capacidade de lotação e os riscos especiais).

Projeto Legal

Segundo a Instrução Técnica 01/2019 do Corpo de Bombeiros, o Projeto Técnico deve ser composto pelos seguintes documentos:

- Formulário de Segurança Contra Incêndio de Projeto Técnico;
- Procuração do proprietário, quando este transferir seu poder de signatário;
- Comprovação de responsabilidade técnica do responsável técnico pela elaboração do Projeto Técnico, que deve ser juntado à via que permanece no SSCI;
- Documentos complementares, quando necessários, serão solicitados pelo SSCI (Serviço de Segurança Contra Incêndio);
- Implantação, quando houver mais de uma edificação ou área de risco, dentro do mesmo lote, ou conjunto de edificações, instalações e áreas de risco;
- Planta das medidas de segurança contra incêndio.

Projeto Básico e Projeto Executivo

- Para cada medida de segurança contra incêndio identificada no Projeto Legal e aprovada pelo CBPMESP a contratada deverá apresentar a documentação técnica necessária para a contratação e execução dos serviços necessários à adequação da edificação.

Foi realizado um estudo prévio (5759599) da legislação estadual de segurança contra incêndio para estimar quais as medidas de segurança poderão ser necessárias à edificação. Pretende-se com este estudo auxiliar a equipe de planejamento da contratação a estimar quais serão os custos para contratação dos serviços descritos acima.

Tal estudo não é determinante e nem definitivo, pois podem haver exigências e condições específicas da edificação que extrapolam o conhecimento e experiência prática dos responsáveis pela sua elaboração. Somente empresas ou profissionais especializados no tema e com experiência em submissão de tais projetos para análise das autoridades (CBPMESP) poderão determinar com precisão quais são as demandas necessárias para a adequação da edificação.

II - PLANO DE SUSTENTAÇÃO

5 – RECURSOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DO NEGÓCIO DURANTE E APÓ

EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Recursos Materiais

Recurso 1: *Definição sucinta do recurso material necessário para suportar a solução durante e após a execução do contrato.*

Softwares para utilização (consultas, alterações, etc) dos projetos (Autocad).

Quantidade: *Definição da quantidade necessária do recurso relacionado.*

Pelo menos uma licença.

Disponibilidade: *Definição da disponibilidade temporal requerida do recurso (semanas, meses, anos; ou de horas/dia, dias/semana etc.).*

Atualmente a Justiça Federal conta com as referidas licenças. Caso haja aquisição de um novo produto (software), este deverá ser compatível com os tipos de arquivos atuais.

Ação para obtenção do recurso: *Regras e/ou condições de aquisição e reposição do recurso.*

Não aplicável.

Responsável: *Identificar o responsável pela ação de obtenção do recurso.*

Não aplicável.

5.2. Recursos Humanos

Recurso 1: *Definição sucinta do recurso humano necessário para suportar a solução durante e após a execução do contrato.*

Gestor(es) e fiscal(is) de contrato.

Quantidade: *Definição da quantidade necessária do recurso relacionado.*

Pelo menos dois fiscais de contrato.

Disponibilidade: *Definição da disponibilidade temporal requerida do recurso (semanas, meses, anos; ou de horas/dia, dias/semana etc.).*

Durante o prazo de execução e para Análise dos Produtos entregues, conforme previsto no Termo de Referência (8765883).

Ação para obtenção do recurso: *Regras e/ou condições de aquisição e reposição do recurso.*

Os recursos encontram-se disponíveis no quadro de servidores da Justiça Federal, cabendo a indicação por meio de portaria ou outro ato da administração.

Responsável: *Identificar o responsável pela ação de obtenção do recurso.*

Gestor(es) e demais prepostos da administração.

6 – ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE CONTRATUAL (aplicável somente para serviços

continuados)

Evento 1: *Definição do evento que possa causar interrupção contratual (estabelecer e analisar concomitantemente com o mapa de risco).*

Ação de contingência: *Definição de uma ação alternativa a ser tomada no caso de ocorrência do evento.*

Responsável: *Identificação do responsável pela ação de contingência*

Prazo máximo para resposta:

Não aplicável.

7 – AÇÕES PARA TRANSIÇÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL (Aplicável somente para serviços continuados)

Ação 1: *Descrição da ação relativa ao encerramento ou transição contratual. (O que, como e quando deverá ser feito?)*

Responsável: *Identificação do responsável pela ação.*

Data início: *Definição da data inicial da ação (no caso de serviços, conforme estabelecido pelo gestor).*

Data fim: *Definição da data prevista para a finalização da ação.*

Não aplicável.

8 – ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA

8.1. Transferência de Conhecimento

Item 1: Descrição das informações que deverão ser transmitidas pela contratada.

Forma de Transferência do Conhecimento: *Descrever como as informações deverão ser transmitidas à instituição pela contratada. (Exemplos: transferência de tecnologia, base de dados, manual, treinamento, atendimento remoto etc.)*

Cada etapa será considerada entregue com o aceite do objeto pertinente à etapa concluída e entregue. O Recebimento Provisório e Definitivo seguirão os termos da legislação vigente após a entrega e o aceite da última etapa.

Para cada etapa serão produzidos diversos documentos como peças gráficas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, dentre outros, tais documentos serão entregues em vias físicas e digitais conforme detalhado no Termo de Referência (8765883).

O(s) fiscal(is) do contrato analisarão tais documentos a cada etapa e no recebimento provisório e membros da Comissão Permanente Gestora de Obras de Serviços de Engenharia e Arquitetura para recebimento definitivo.

As entregas e recebimentos provisório e definitivo serão realizados conforme cronograma de execução previsto Termo de Referência (8765883).

8.2. Direitos de Propriedade Intelectual

Cláusulas segundo a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Descrição da cláusula sobre os direitos de propriedade intelectual do contratante e da contratada.

Está previsto no Termo de Referência (8765883) que é condição para o recebimento definitivo do(s) objeto(s) pela CONTRATANTE que a CONTRATADA apresente declaração de cessão de direitos patrimoniais sobre o(s) projeto(s) e serviço(s) técnico(s) em epígrafe ao Contratante, conforme disposto no artigo 111 da Lei 8.666/83, juntamente com a solicitação do Recebimento Provisório do objeto contratado.

III - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo dos Estudos Técnicos Preliminares, declaramos que a contratação (*especificar o objeto*):

Contratação de empresa para elaboração de Anteprojeto, Projeto Legal, Projeto Básico e Projeto Executivo do Sistema de Segurança Contra Incêndio doAnexo Administrativo Presidente Wilson, bem como sua tramitação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

(X) É viável ( ) Não é viável

Justificar:

Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente;

Há perspectiva de provimento de recursos para os próximos exercícios;

A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;

Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão;

A análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;

A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;

As estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente;

A solução a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação;

Há justificativas para o não parcelamento da solução;

Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Os impactos esperados com a contratação da solução foram identificados e as providências necessárias foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas relativas à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato (ex.: gestor do contrato, fiscal(is) e comissão de recebimento);

Os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados, a análise dos riscos relativos à contratação são apresentados no documento SEI 8434952.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

1. Os campos deste formulário deverão ser replicados sempre que necessário.

2. Para os campos que não forem pertinentes ao objeto da contratação deverá ser registrado **“Não se aplica**”.

3. Este documento deve ser assinado pelos servidores da Área Requisitante indicados pelo Gestor para sua elaboração.

4. Este documento deve ser formalmente aprovado pela autoridade competente da Área Requisitante.

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DA ÁREA REQUISITANTE:

(X) Aprovo os Estudos Técnicos Preliminares. Dê-se continuidade ao processo de contratação com a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

ou

( ) Determino a realização de novos Estudos Técnicos Preliminares ou que sejam ajustados os presentes, conforme o caso.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Barroso de Macedo**, **Supervisor da Seção de Instalações**, em 30/05/2022, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Daniele Furushima Akiyoshi**, **Analista Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Engenharia Elétrica.**, em 30/05/2022, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Francislene Alvarenga de Souza**, **Técnico Judiciário**, em 30/05/2022, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Celso Augusto Rossete**, **Técnico Judiciário - Apoio Especializado - Segurança do Trabalho**, em 30/05/2022, às 19:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Corral Cabarcos Filho**, **Diretor da Secretaria da Administração**, em 31/05/2022, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Mário Seiji Kavamura**, **Diretor da Divisão de Arquitetura e Engenharia**, em 06/06/2022, às 14:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Leopoldo Marin**, **Diretor da Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial**, em 06/06/2022, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8434125** e o código CRC **E39C4CE5**.